

AUMENTO DOS POLICIAIS

Brizola admite fazer mudanças no projeto

O Governador Leonel Brizola disse ontem que poderá retirar da Assembléia Legislativa, para reexame, o projeto de lei que dispõe sobre o aumento salarial e a reformulação da Polícia Civil. A mensagem com o projeto foi encaminhada anteontem à Assembléia e recebida com vaias de dezenas de policiais que participavam de uma sessão solene pelo Dia do Policial.

Brizola disse que recebeu com "tristeza e desalento" a reação dos policiais, embora entenda que "tudo foi orquestrado e preparado". A seu ver, os policiais que vaiaram não representam toda a categoria:

— Esse episódio não honra ninguém. No seio da Polícia, atuam muitos candidatos que não foram eleitos e creio que no ato houve um conteúdo de politicagem.

O Governador disse que "trabalhou muito" na realização do projeto, mas não foi possível garantir o início do pagamento do aumento este mês.

— Gostaria de começar a pagar ainda este ano, mas não deu. Estou preso ao orçamento de 1983 e não tenho como fugir. Acho difícil fazer uma retroatividade do salário. Em todo caso, como o meu objetivo é o interesse público, posso reestudar o assunto. A lei me autoriza isso. Quem sabe reduzindo os níveis dos vencimentos não pode haver uma saída? Admite até entregar o assunto às entidades de classe.

O Deputado Italo Bruno (PDS) apresentará emenda ao projeto que dispõe sobre o quadro permanente da Polícia Civil, tendo em vista criar uma comissão de alto nível para escolher os 40 delegados de primeira classe que serão promovidos para a classe superior. Os 40 delegados, que Brizola quer escolher pessoalmente, ganharão cerca de Cr\$ 1,1 milhão por mês, o mesmo que um Coronel da Polícia Militar ou dos Bombeiros. Hoje, um delegado de primeira classe (ainda não existe a classe superior) ganha cerca de Cr\$ 450 mil mensais, o que equivale ao saldo de um Primeiro Sargento, segundo informações do Deputado Fernando Bandeira (PDT), autor do projeto.

O Deputado Gilberto Rodrigues (PMDB) chamou o Governador Leonel Brizola de incompetente, porque prometeu fazer as promoções — que equivalem a um aumento de cem por cento nos vencimentos — a partir da data da promulgação da nova lei, mas resolveu adiá-la para 1 de janeiro.

O PROJETO

O projeto, preparado em comum

acordo por sete entidades de classe de policiais, o Governo do Estado e o Deputado Fernando Bandeira, cria 20 classes de servidores da polícia, começando pela de Delegado de Polícia Superior e terminando pela de Servente de Necropsia.

Os vencimentos de policiais de uma mesma classe terão variações mínimas, determinadas apenas pela gratificação de tempo de serviço, porque foram fixados índices para cada classe.

MAIS DESPESAS

Os dez mil policiais em serviço hoje representam uma despesa de Cr\$ 2,2 bilhões mensais para o Estado, segundo o Deputado Fernando Bandeira. Com o novo quadro permanente, esta despesa passará para Cr\$ 5,2 bilhões mensais. O aumento de mais de cem por cento é que determinou o adiamento da vigência da lei para janeiro, porque o Estado não teria disponibilidade de caixa para este ano.

A nova lei permitirá que um motociclista se torne Detetive ou até mesmo Delegado, se fizer todos os cursos necessários. Um Servente de Necropsia também poderá se tornar um Perito, se fizer o curso de Engenharia ou de Medicina.

Os servidores da Secretaria de Polícia Judiciária que não estiverem enquadrados nas 20 classes constituirão um quadro auxiliar, a ser criado dentro de dois meses. Quem tiver o Segundo Grau poderá fazer provas para ingressar no quadro permanente.

PROTESTOS

A Associação dos Delegados de Polícia (Adepol) e a Coligação dos Policiais Civis, entidades que congregam a maioria dos policiais fluminenses, divulgaram ontem nota em que manifestam seu descontentamento pelo adiamento, de outubro para janeiro, da vigência da melhoria salarial concedida aos policiais civis do Estado. Segunda-feira, as duas entidades se reúnem para decidir que posição tomar.

O Secretário de Polícia Judiciária, Arnaldo Campana, não quis dar entrevista sobre o assunto, mas mandou seus assessores dizerem aos repórteres que está aborrecido, "magoado mesmo", com a reação de parte da classe ante a decisão da administração estadual de conceder os novos níveis salariais só a partir de janeiro.

Os assessores garantiram que Arnaldo Campana não cogita de se exonerar por entender que não há motivos para isso.